

Oposição pede retirada de urgência de PL sobre carreira da Educação

O Projeto de Lei (PL) 2.355/11, do governador, que dispõe sobre a política remuneratória e a carreira dos servidores da Educação, foi, pelo segundo dia consecutivo, motivo de debate na Reunião Ordinária de Plenário. Ontem, parlamentares da oposição solicitaram ao governo a retirada do caráter de urgência da tramitação da matéria, que se encontra na faixa constitucional e, por isso, está obstruindo a pauta da Casa.

Eles disseram que a obstrução da pauta prejudica a votação de proposições como a que reajusta os vencimentos dos servidores do Judiciário. Acusaram, ainda, o Governo de Minas de ter descumprido com o compromisso firmado de que o PL só seria encaminhado para votação após esgotadas as negociações com os servidores da Educação. Segundo a oposição, o projeto, da for-

ma como está, não garante o pagamento do piso nacional proporcional fixado em lei e prejudica o plano de carreira do professor.

O deputado Rogério Correia (PT) afirmou que a proposta do governo esgotaria, em 11 anos, a carreira dos docentes, que é de 20 anos, para mulheres, e 25, para homens. O parlamentar

ressaltou ainda que outros índices de aumento na remuneração, como o percentual de evolução por tempo de serviço, também sofreriam redução.

Parlamentares da base governista afirmaram que o Estado se mantém na negociação com os professores e estuda as reivindicações da categoria, buscando conciliá-las com a

disponibilidade de receita. O deputado Bonifácio Mourão (PSDB) destacou que não há nenhuma exigência de que o projeto seja votado na forma como está. “O regime de urgência também prevê emendas”, enfatizou.

Bolsa-Reciclagem – Foi aprovada redação final do PL 2.122/11, do deputado Dinis Pinheiro (PSDB), que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de material reutilizável e reciclável, a chamada Bolsa-Reciclagem. A matéria segue agora para sanção do governador. Seus objetivos são: reconhecer a importância e a responsabilidade social e ambiental do catador, reduzir em volume e peso a disposição final de material reutilizável e reciclável; aumentar a vida útil dos aterros sanitários; manter os recursos naturais; e melhorar a qualidade do ar e dos recursos hídricos e o bem-estar da população.



Alair Vieira

Projeto que altera remuneração e carreira de professores foi alvo de debates



Preocupação

O “trancamento” da pauta do Plenário para votação, por causa do projeto dos professores (PL 2.355/11), foi motivo de preocupação do deputado **Antônio Júlio** (PMDB). Ele enfatizou que os deputados não conseguem negociar com o Governo Estadual e que já pediram a retirada do regime

de urgência do projeto, mas não foram atendidos. O parlamentar afirmou que não há dinheiro suficiente para pagar os servidores públicos, por má gestão do governo. Segundo Antônio Júlio, o planejamento de longo prazo no Estado é deficiente. Ele deu como exemplo as obras da Avenida Cristiano Machado. “O governo está

desmanchando a Cristiano Machado, que está sendo mais uma vez reformada, e a prefeitura está deixando”, ressaltou. Em aparte, os deputados Sargento Rodrigues (PDT) e Jayro Lessa (DEM) concordaram com o colega, e a deputada Liza Prado (PSB) discordou afirmando que o prefeito está fazendo um bom trabalho.



História

A deputada **Luzia Ferreira** (PPS) mencionou a importância da liberação de recursos para a ampliação do metrô da Capital: “Esta obra poderá resolver o problema da mobilidade da população em BH”, afirmou. Segundo a parlamentar, nos últimos dez anos, Belo Horizonte não recebeu ajuda financeira para

melhorias nos transportes públicos. A deputada também comentou o filme *A Travessia*, que relata a história do ex-presidente da República, Tancredo Neves. Conforme Luzia Ferreira, o filme é uma aula de história política e retrata como Tancredo tinha a capacidade de discutir ideias políticas e colocá-las em prática a benefício do

País. Continuando sua fala, a parlamentar destacou a importância das mulheres não só na política, mas em todo o cenário nacional. Em aparte, o deputado Vanderlei Miranda (PMDB) mencionou a dívida dos Estados brasileiros e alertou sobre o empréstimo de recursos do Governo Federal para ajudar países em crise na Europa.



Energia Elétrica

A deputada **Liza Prado** (PSB) comentou a decisão da Anel de usar como critério para reajuste das taxas de serviço de empresas de energia elétrica a qualidade do serviço prestado pelas mesmas empresas. Ela afirmou achar justo as empresas serem re-preendidas financeiramente quando não fornecerem um

bom serviço. Assim, segundo a parlamentar, os consumidores não seriam lesados e as organizações não obteriam lucros exagerados. Liza Prado ainda destacou que as empresas já estão entrando na Justiça para que essa questão seja revista. Ela adiantou que estará sempre na defesa dos consumidores durante seu mandato. Em

aparte, o deputado Carlin Moura (PCdoB) comentou que o que deixa a conta de energia alta são os impostos, e o deputado Rogério Correia (PT) concordou com os colegas. Ainda em aparte, o deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT) concordou que os impostos são altos e chamou o governo de “agiota”.



Responsabilidades

O deputado **Rômulo Viegas** (PSDB) afirmou que para alcançar os objetivos, a história não pode ser apagada e muito menos as realizações dos parlamentares. Segundo o deputado, existem no País casos de corrupção que envolvem vários políticos de diferentes partidos. Mas, para Rômulo Viegas, a sociedade

brasileira deve saber que, nesses partidos, pessoas sérias e honestas trabalham em benefício do Brasil. O parlamentar ainda afirmou que não é justo querer “hipotecar” a dívida de Minas nos “ombros” de um governante, pois a história deve ser vista desde o início. Rômulo Viegas disse que a dívida do Governo Federal é de R\$ 1,7 trilhões e não se

pode considerar que seja responsabilidade da presidente Dilma Rousseff. Em aparte, o deputado Bonifácio Mourão (PSDB) destacou que não se pode generalizar e que se deve registrar o lado positivo do Governo Estadual. O deputado Rogério Correia (PT), também em aparte, afirmou que o País está se preparando para a crise mundial.



Spam é “trote eletrônico”

Se você envia, por boa-fé ou desinformação, um spam para toda a Assembleia, você está enchendo a caixa postal de cerca de 1.500 pessoas.

NÃO ENVIE, NÃO RESPONDA. APAGUE.